

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

**(CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO
QUADRO TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA
MARINHA / CP-T/2016)**

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

DIREITO

- 1) Mévio com *animus furandi* subtrai a carteira de Nécio, seu primo, após ter-lhe reduzido a resistência com uso de tranquilizante. Neste contexto, a conduta de Mévio de acordo com o Código Penal, será considerada
- (A) roubo impróprio.
 - (B) furto qualificado mediante fraude.
 - (C) roubo próprio.
 - (D) furto simples.
 - (E) isenta de pena.
- 2) Sobre o Estado de defesa, nos termos preconizados no art. 136 da CF, pode-se afirmar que
- (A) o tempo de duração do Estado de defesa poderá ser superior a trinta dias.
 - (B) na vigência do Estado de defesa, é permitida, excepcionalmente, a dispensa de comunicação imediata ao juiz competente da prisão por crime contra o Estado.
 - (C) na vigência do Estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso.
 - (D) a instituição do Estado de defesa é ato do Presidente da República, mediante decreto que deve ser submetido ao Congresso Nacional, dentro de vinte e quatro horas.
 - (E) o Congresso apreciará o decreto que instituir o Estado de defesa dentro do prazo de quinze dias contados do seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o Estado de defesa.
- 3) Sobre a pensão militar, à luz do disposto na lei 3.765, de 4 de maio de 1960, com a redação dada pelo artigo 27 da MP 2215-10 de 31 de agosto de 2001, assinale a opção correta.
- (A) Todos os militares das Forças Armadas, sem exceção, são contribuintes obrigatórios da pensão militar.
 - (B) Os proventos da inatividade são isentos da contribuição para a pensão militar.
 - (C) É necessária a renúncia expressa do beneficiário da pensão militar para que este perca o direito ao benefício.
 - (D) O benefício da pensão militar é irrenunciável pelo beneficiário.
 - (E) O benefício da pensão militar admite renúncia tácita pelo beneficiário.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

- 4) Em caso de dupla vacância de cargos de Presidente e Vice Presidente da República, ocorrido no penúltimo ano do mandato presidencial, assumirá o cargo o Presidente
- (A) do Senado Federal, a título de sucessão.
 - (B) da Câmara dos Deputados, a título de substituição, até o preenchimento de ambos os cargos por meio de eleição pelo Congresso.
 - (C) da Câmara dos Deputados, a título de sucessão.
 - (D) do Senado Federal, a título de substituição, até o preenchimento de ambos os cargos por meio de eleição direta.
 - (E) do Supremo Tribunal Federal, a título de substituição, até o preenchimento de ambos os cargos por meio de eleição direta.
- 5) A ação penal militar é
- (A) Pública incondicionada, pública condicionada à requisição e privada subsidiária da pública.
 - (B) Pública incondicionada, pública condicionada à representação e pública condicionada à requisição.
 - (C) Privada, privada subsidiária da pública, pública incondicionada, pública condicionada à representação e pública condicionada à requisição.
 - (D) Exclusivamente pública incondicionada.
 - (E) Pública incondicionada, privada e privada subsidiária da pública.

6) Analise as afirmativas abaixo, de acordo com a lei nº7.210/84 (Lei de Execução Penal).

- I - O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das leis do trabalho.
- II - A prestação de trabalho externo a ser autorizada pela Direção do Estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento de um sexto da pena.
- III- Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que fugir.
- IV - O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou aberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
- V - O tratamento ambulatorial, previsto no art. 97, segunda parte do Código Penal, será realizado no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou em outro local com dependência médica adequada.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

- 7) Com relação às alterações introduzidas pelo Novo Código de Processo Civil (lei nº 13.105/2015), quanto ao tema "intervenção de terceiros", assinale a opção correta.
- (A) O recurso de 3º prejudicado foi elevado à categoria de intervenção de terceiros pelo Novo Código de Processo Civil.
 - (B) A ação de oposição foi deslocada do rol de procedimentos especiais para ser inserida como modalidade de intervenção de terceiros.
 - (C) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica deixou de ser tratado como espécie de intervenção de terceiros e recebeu tratamento adequado no livro destinado ao processo de execução.
 - (D) A assistência, no Novo Código, é tratada em capítulo separado do litisconsórcio e está no capítulo próprio para a intervenção de terceiros.
 - (E) A nomeação à autoria, que já era regulada pelo Código de Processo Civil de 1973, não sofreu qualquer modificação, recebendo o mesmo regramento no Novo Código.
- 8) As causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal ou entre uns e outros, são processados e julgados originalmente
- (A) pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (C) pelo Senado Federal.
 - (D) pela Justiça Federal.
 - (E) pelo Tribunal Regional Federal.
- 9) Assinale a opção correta de acordo com o Novo Código de Processo Civil (lei nº 13.105/2015)
- (A) À toda causa será atribuído valor certo, salvo as que não tenham conteúdo econômico imediatamente aferível.
 - (B) A tutela provisória pode fundamentar-se somente em tutela de urgência
 - (C) O procedimento comum aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução.
 - (D) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre estes haja conexão.
 - (E) Indeferida a petição inicial, o autor poderá agravar, sendo facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

10) O art. 12 do Código de Processo Penal Militar (CPPM) enumera as providências preliminares a serem tomadas pela Autoridade competente, logo que tiver conhecimento da prática de uma infração penal militar. Não obstante, a Autoridade militar deve efetuar a prisão do infrator ou instaurar um Inquérito Penal Militar (IPM), conforme o caso. Nesse contexto, de acordo com as prescrições legais contidas no CPPM, assinale a opção correta.

- (A) A polícia judiciária militar, que é exercida pelas autoridades militares, cabe auxiliar as polícias civil e federal na apuração de infrações penais militares, dado que são estas que detêm a exclusividade na apuração de quaisquer infrações penais.
- (B) As testemunhas e o indiciado devem ser ouvidos durante o dia, em período que medeia entre as seis e as vinte horas.
- (C) Quando a prisão em flagrante for efetuada em lugar não sujeito à administração militar, a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante pode ser feita por Autoridade Civil.
- (D) O inquérito deverá terminar em vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que for expedida a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- (E) Discordando da solução dada ao inquérito, a autoridade que o delegou poderá avocá-lo e indicar outro encarregado que ficará obrigado a dar solução diferente.

- 11) Durante a instrução de processo criminal, o juiz concluiu que o fato narrado na inicial não corresponde aos fatos provados na instrução processual. Nessa situação assinale a opção correta, de acordo com o Código de Processo Penal.
- (A) É desnecessário abrir vista à defesa para manifestar-se.
 - (B) O Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.
 - (C) Não procedendo o Ministério Público o aditamento, o juiz extinguirá o processo.
 - (D) É correto o juiz dar nova definição jurídica ao delito.
 - (E) Havendo aditamento, cada parte poderá arrolar até 3 (três) testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o juiz, na sentença, não adstrito aos termos do aditamento.
- 12) De acordo com o Código Penal, o curso da prescrição interrompe-se:
- (A) pela reincidência.
 - (B) pelo oferecimento da denúncia ou da queixa.
 - (C) pelo início, mas não pela continuação do cumprimento da pena.
 - (D) se houver prolação de sentença absolutória.
 - (E) pela superveniência da confissão do acusado em juízo.
- 13) De acordo com o Código de Processo Penal, a decretação da prisão preventiva
- (A) cabe nos crimes de ação penal de iniciativa privada, mas somente a autoridade policial poderá solicitá-la.
 - (B) cabe nos crimes de ação penal de iniciativa privada, podendo ser requerida pelo querelante.
 - (C) não cabe nos crimes de ação penal de iniciativa privada, a não ser que o réu seja reincidente.
 - (D) não cabe nos crimes de ação penal de iniciativa privada, somente nos de ação penal pública.
 - (E) não será admitida se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

- 14) Qual é o sistema de controle de constitucionalidade no Brasil?
- (A) Político difuso.
 - (B) Jurisdicional e concentrado nas mãos do Supremo Tribunal Federal, único órgão competente para exercê-lo.
 - (C) Político na via de ação direta e jurisdicional na via de exceção ou defesa.
 - (D) Jurisdicional, combinados os critérios difuso e concentrado, este último pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) Jurisdicional na via de ação direta e político na via de exceção ou defesa.
- 15) De acordo com o Código Penal, é efeito automático da condenação, não sendo necessário ser declarado na sentença:
- (A) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
 - (B) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
 - (C) A incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado.
 - (D) A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.
 - (E) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos em qualquer crime, salvo nos crimes praticados contra a Administração Pública.
- 16) Arrebatamento de preso, de acordo com o Código Penal, é classificado como crime:
- (A) contra a administração da Justiça.
 - (B) contra a Fé pública.
 - (C) praticado por funcionário público contra a administração em geral.
 - (D) contra a incolumidade pública.
 - (E) praticado por particular contra a administração em geral.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

- 17) Acerca das disposições constitucionais relativas ao direito penal, assinale a opção correta.
- (A) É admitida a edição de medida provisória sobre matéria penal.
 - (B) A lei penal não retroagirá, nem mesmo para beneficiar o réu.
 - (C) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
 - (D) As penas serão cumpridas em estabelecimentos prisionais, diferenciados apenas em relação ao sexo do apenado.
 - (E) A Constituição Federal não assegura aos presos o respeito à integridade moral, apenas à integridade física.
- 18) Assinale a opção que apresenta uma competência concorrente da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal.
- (A) Impostos sobre a propriedade.
 - (B) Taxas baseadas no exercício do poder de polícia.
 - (C) Contribuições especiais (parafiscais).
 - (D) Impostos sobre o comércio exterior.
 - (E) Impostos sobre Operações Financeiras.
- 19) Com relação às Emendas Constitucionais, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Na Constituição Federal, não se admite a iniciativa popular para desencadear o processo legislativo.
 - (B) Em determinadas circunstâncias, até mesmo as Assembleias Legislativas estão credenciadas para apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC).
 - (C) Exigem quórum qualificado, seja na votação ou na aprovação.
 - (D) Os deputados e os senadores, de maneira individual, têm competência para desencadear esse processo legislativo.
 - (E) O presidente da República também tem legitimidade para apresentar uma PEC.

- 20) De acordo com o processo penal, a carta testemunhável é destinada a obter
- (A) a reforma da decisão que impronunciou o réu.
 - (B) esclarecimento face a obscuridade da sentença.
 - (C) a reforma da sentença que julgou o feito fundado em documento comprovadamente falso.
 - (D) a reforma da decisão que denegou o recurso.
 - (E) a reforma da decisão do Tribunal do Júri quando for manifestamente contrária à prova dos autos.
- 21) De acordo com as súmulas vinculantes e jurisprudência do STF, assinale a opção correta.
- (A) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a constituição.
 - (B) Viola a Constituição Federal o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
 - (C) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
 - (D) Não é lícito algemar o preso, mesmo em caso de resistência e fundado receio de fuga ou de perigo à integridade própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiro.
 - (E) Durante o período previsto para pagamento de precatórios relativos a débitos de natureza alimentar, incidem juros de mora.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

- 22) Com relação ao Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta:
- (A) Em benefício da segurança pessoal do acusado, não é possível o desaforamento do processo penal militar.
 - (B) A ação penal é sempre pública incondicionada, em caso de crime militar.
 - (C) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, mesmo se for desobrigada pela parte interessada.
 - (D) Os institutos da lei n.º 9.099/95 podem ser aplicados no âmbito da justiça militar.
 - (E) É possível a habilitação do ofendido como assistente de acusação no processo penal militar.
- 23) Segundo a lei nº 10.406/2002 (Código Civil), o que são bens fungíveis?
- (A) Bens que se podem fracionar sem alteração na sua substância.
 - (B) Bens móveis cujo o uso importa destruição imediata de sua própria substância.
 - (C) Bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
 - (D) Bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independente dos demais.
 - (E) Bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso do serviço ou ao aformoseamento de outro.
- 24) Assinale a opção correta de acordo com o Código de Processo Penal Militar:
- (A) As alegações escritas no processo penal militar deverão ser ofertadas no prazo máximo de cinco dias.
 - (B) O Superior Tribunal Militar pode conceder *habeas corpus* de ofício, se, no curso do processo submetido à sua apreciação, verificar que o processo esta evidentemente nulo.
 - (C) Não cabe recurso em sentido estrito da decisão ou sentença que julgar improcedente o corpo de delito ou outros exames.
 - (D) A prova no juízo penal militar não está sujeita às restrições estabelecidas na lei civil.
 - (E) A prisão preventiva no processo penal militar não pode ser decretada de ofício.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

- 25) A interpretação sistemática da lei é aquela que:
- (A) provém do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) provém do Poder Executivo, através dos seus órgãos normativos.
 - (C) busca a análise do todo.
 - (D) busca a finalidade da norma.
 - (E) parte da interpretação feita pela doutrina.
- 26) De acordo com a lei nº 10.406/2002, Código Civil, haverá extinção da obrigação quando
- (A) o credor restituir voluntariamente objeto empenhado ao devedor.
 - (B) o credor, independentemente da aceitação do devedor, declarar que não deseja receber o que lhe é devido.
 - (C) na mesma pessoa se confundem as qualidades de credor e devedor.
 - (D) o devedor entregar ao credor prestação diversa da pactuada, ainda que de maior valor.
 - (E) ocorrer a novação de obrigação nula.
- 27) Quanto ao concurso de pessoas, assinale a opção correta de acordo com o Código Penal.
- (A) Na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave, a pena será aumentada até dois terços.
 - (B) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
 - (C) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio são puníveis em qualquer situação.
 - (D) Se restar comprovado que algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena poderá ser reduzida até um terço.
 - (E) Se a participação no delito for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

- 28) No tocante ao regime jurídico das autarquias, é correto afirmar que
- (A) não se submetem à lei de licitações, não admitem nenhuma forma de contratação de seus agentes que não seja por concurso público.
 - (B) são pessoas jurídicas de direito público de capacidade exclusivamente administrativa e são protegidas pela imunidade recíproca tributária.
 - (C) podem ser criadas por decreto e se submetem ao regime de responsabilidade objetiva.
 - (D) fazem parte da administração direta, mas não contratam por meio de licitação.
 - (E) são pessoas jurídicas de direito público de capacidade política e são criadas por autorização legal.
- 29) Com relação ao Código Penal castrense, assinale a opção correta.
- (A) No concurso de crimes, material ou formal, a pena a ser aplicada será a soma das penas previstas para cada um, sejam da mesma espécie ou sejam de espécies diferentes.
 - (B) Estabelece o mesmo critério que o Código Penal comum para o apenamento do crime continuado, ou seja, a aplicação da pena de um só dos crimes, se idênticas, com sua elevação, conforme o caso, de um sexto a um terço.
 - (C) O crime de violência contra inferior é classificado como crime contra honra.
 - (D) O crime de oposição à ordem de de sentinela é punido com pena de impedimento e multa.
 - (E) Estabelece como penas principais: a morte; a reclusão; a detenção; a prisão; impedimento; suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função e reforma.

- 30) A celebração de tratados, convenções e atos internacionais é de competência privativa.
- (A) do Senado Federal, com prévia autorização do presidente da República.
 - (B) da Câmara dos Deputados, com prévia aprovação do Presidente da República.
 - (C) do Congresso Nacional, com a subsequente aprovação do Presidente da República.
 - (D) do Presidente da República, "ad referendum" do Congresso Nacional.
 - (E) do Presidente da República, *ad referendum* do Senado Federal.
- 31) Sob a responsabilidade dos servidores públicos, é correto afirmar que:
- (A) a punição de um servidor que cometeu ilícito limita-se a três esferas de responsabilidade: civil, administrativa e improbidade.
 - (B) a exoneração do servidor é punição decorrente de falta grave.
 - (C) as instâncias administrativas e judicial são independentes na apuração e responsabilização do servidor.
 - (D) o servidor que enriquecer ilícitamente pode ter cassados seus direitos políticos.
 - (E) em razão de prejuízos causados a terceiros, o servidor deverá responder objetivamente pelos respectivos danos.
- 32) De acordo com as leis nº 10.406/2002 e 8.078/1990, respectivamente, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que
- (A) é anulável o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva.
 - (B) os contratos atípicos não precisam observar as normas gerais fixadas pelo Código Civil.
 - (C) quando houver, no contrato de adesão, cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
 - (D) a publicidade feita por intermédio de ligação telefônica é permitida, mesmo quando onerosa, porém é admitido o exercício do direito de arrependimento pelo consumidor.
 - (E) a recusa do fornecedor em dar cumprimento à oferta pode dar causa ao abatimento do preço.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

33) Sobre a súmula vinculante introduzida na Constituição Federal pela EC n. 45, de 2004, assinale a opção INCORRETA.

- (A) A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia das normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre os órgãos judiciários ou entre esses e a Administração Pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- (B) Do ato administrativo ou da decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao STF.
- (C) A qualquer súmula atual do STF poderá ser atribuído efeito vinculante, desde que, para tanto, seja submetida ao procedimento e condições previstos na atual CF.
- (D) Esta súmula terá efeito vinculante em relação ao Poder Judiciário, Poder Executivo e Poder Legislativo.
- (E) Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

34) Com relação aos serviços públicos, marque a opção INCORRETA.

- (A) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.
- (B) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de tarifas.
- (C) As concessionárias de serviço público, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e aos usuários, dentro do mês do vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolha dos dias de vencimento.
- (D) Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro.
- (E) Sem exceções, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

- 35) Nos termos da lei nº 10.406/2002 (Código Civil), são absolutamente incapazes os
- (A) portadores de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
 - (B) viciados em tóxico.
 - (C) pródigos.
 - (D) menores de dezesseis anos.
 - (E) deficientes mentais.
- 36) Pavlov abordou a vítima Ruth em via pública e, mediante grave ameaça com emprego de um revólver, anunciou o assalto e exigiu a entrega de sua bolsa. No momento em que Ruth retirava a bolsa do ombro para entregar a Pavlov este resolveu ir embora espontaneamente sem levar a bolsa. De acordo com o Código Penal, trata-se de hipótese típica de:
- (A) arrependimento posterior.
 - (B) crime impossível.
 - (C) arrependimento eficaz.
 - (D) erro sobre a pessoa.
 - (E) desistência voluntária.

37) De acordo com o disposto na Constituição Federal e no Estatuto dos militares sobre a acumulação de cargos é correto afirmar:

- (A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto se houver compatibilidade de horário, podendo ultrapassar o limite remuneratório preconizado no inciso XI do art. 37 (teto constitucional).
- (B) É vedado ao militar, em qualquer hipótese, acumular cargos remunerados, uma vez que lhe é aplicado o regime jurídico de dedicação exclusiva.
- (C) o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, em qualquer hipótese será transferido para a reserva, nos termos da lei.
- (D) militar da ativa que tomar posse em cargo, emprego ou função civil temporária não eletiva, ressalvada a hipótese de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, ficará agregado ao respectivo quadro.
- (E) militar da ativa que tomar posse em cargo, emprego ou função civil temporária não eletiva, sempre ficará agregado ao respectivo quadro.

38) Com relação às Provas, baseando-se no novo Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- (A) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos que alegam, desde que estejam especificados no Código de Processo Civil.
- (B) Caberá, exclusivamente, ao juiz de ofício determinar as provas necessárias ao julgamento de mérito.
- (C) O juiz não poderá, em nenhuma circunstância, admitir a utilização de prova produzida em outro processo.
- (D) Salvo determinação em contrário do juiz, a parte não precisará provar o teor e a vigência de direito municipal.
- (E) Dependem de prova os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

39) Com relação à Concessão de Serviços, Parceria Pública privada e Regime Diferenciado de Contratações, analise as afirmativas abaixo.

- I - Para as Concessões e Permissões de serviço público, a lei n.º 8.987, de 13.02.1995, estabelece processo licitatório específico.
- II - Quanto às parcerias público-privadas, a lei n.º 11.079, de 30.12.2004, fixa tratamento específico, em alguns pontos aplicando-se também, no que couber, os critérios e normas da lei n.º 8.666 de 1993 e da lei n.º 8.987, de 13.02.1995.
- III- O Regime Diferenciado de Contratação Pública (RDC) é aplicável apenas às licitações e contratos necessários à realização da copa do mundo FIFA 2014 e para os jogos olímpicos e paraolímpicos de 2016.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas as afirmativas II está correta.
- (C) Apenas as afirmativas III está correta.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

40) Baseando-se no Novo Código de Processo Civil (lei nº 13.105/2015), com relação à citação é correto afirmar que

- (A) a citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.
- (B) em hipótese alguma será realizada a citação de parente do morto no dia do falecimento e nos sete dias seguintes.
- (C) a citação válida tem como efeito característico tornar litigiosa a coisa, exceto quando determinada por juízo incompetente.
- (D) o comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a falta ou a nulidade da citação, forçando-se o refazimento do ato e a abertura de novo prazo para a contestação.
- (E) o militar em serviço ativo somente poderá ser citado na unidade em que estiver servindo, mesmo que conhecido o local de sua residência.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

- 41) Assinale a opção correta segundo a lei 9.099/90.
- (A) A sentença, dispensado o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.
 - (B) A competência do juizado será determinada pelo lugar em que foi consumada a infração penal.
 - (C) A composição dos danos civis será reduzida a termo e homologada pelo Juiz mediante sentença recorrível e terá eficácia de título a ser executado no Juízo Cível competente.
 - (D) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima inferior a dois anos, cumulada com multa.
 - (E) As disposições da lei 9.099/90 se aplicam no âmbito da Justiça Militar.
- 42) Quanto às formas de provimento de cargo do servidor público, à luz da lei nº 8.112, de 1990, que nome é dado quando o servidor passa a exercer suas atribuições como excedente?
- (A) Reintegração.
 - (B) Readaptação.
 - (C) Recondição.
 - (D) Redistribuição.
 - (E) Reversão, no interesse da administração.
- 43) Conforme o disposto na MP n.º 2.215-10, de 2001 é correto afirmar que:
- (A) a GRATREPVI (Gratificação de Representação e Viagem) é uma parcela remuneratória não eventual.
 - (B) auxílio funeral é um direito pecuniário devido somente ao militar, por morte do cônjuge, do companheiro ou companheira ou do dependente.
 - (C) a ajuda de custo é o direito pecuniário devido ao militar para custear despesas de transporte nas movimentações por interesse do serviço, nela compreendidas as passagens, o traslado da bagagem para si e seus dependentes.
 - (D) a remuneração e os proventos do militar nunca estão sujeitos à penhora, sequestro ou arresto.
 - (E) a remuneração a que faria jus, em vida, o militar falecido passará aos beneficiários habilitados até a conclusão do processo referente à pensão militar.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

- 44) Sobre bens públicos e licitação, é correto afirmar que
- (A) de acordo com a definição constante no atual Código Civil, os bens pertencentes às empresas públicas são consideradas bens públicos.
 - (B) classificando-se os bens públicos quanto à sua destinação, as repartições públicas são consideradas bens de uso comum do povo.
 - (C) os bens dominicais podem ser adquiridos por usucapião.
 - (D) somente em situações especiais e de acordo com as exigências legais, os bens públicos podem ser alienados.
 - (E) a administração pública poderá dispensar a licitação para a aquisição de bens imóveis.
- 45) Nos termos da Constituição Federal em vigor, as microempresas e as empresas de pequeno porte:
- (A) Estão impedidas de contratar com o poder público, por não poderem oferecer as garantias hábeis ao cumprimento de suas obrigações.
 - (B) Devem receber o mesmo tratamento das demais empresas, no tocante às obrigações tributárias.
 - (C) Foram beneficiadas por imunidade, no tocante às suas obrigações previdenciárias.
 - (D) Devem receber tratamento jurídico diferenciado, mediante a simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.
 - (E) Podem ser beneficiadas por meio de lei complementar federal que lhe conceda isenção de tributos estaduais e municipais.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016

46) Com relação à concessão de serviço público, analise as afirmativas a seguir

- I - As cláusulas contratuais relativas aos direitos e deveres dos usuários para a utilização do serviço são consideradas essenciais.
- II - A lei n.º 8.987 de 1995 possibilita a revisão das tarifas a fim de manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato.
- III- As concessões podem ser outorgadas por tempo determinado ou indeterminado, desde que seja garantido o ressarcimento do capital investido.
- IV - A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo de concessão, por motivos de interesse público, denomina-se encampação.

Assinale a opção correta.

- (A) Somente a afirmativa I está correta.
- (B) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (E) Somente a afirmativa III está correta.

47) No tocante aos crimes contra a Administração Pública, o funcionário público que deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, de acordo com o Código Penal, comete crime de

- (A) prevaricação.
- (B) peculato.
- (C) violação do sigilo funcional.
- (D) excesso de exação.
- (E) corrupção passiva.

- 48) De acordo com o Código de Processo Penal, não há fundamento legal para o ajuizamento da ação civil ex delicto quando
- (A) tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.
 - (B) houver sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.
 - (C) for extinta a punibilidade.
 - (D) for arquivado o inquérito policial.
 - (E) for arquivado as peças de informação do Ministério Público.
- 49) No que se refere ao Código de Processo Penal Militar, assinale a opção INCORRETA.
- (A) A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a quatro anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.
 - (B) No caso da parte requerer exame de corpo de delito, o juiz poderá negar a perícia, se a reputar desnecessária ao esclarecimento da verdade.
 - (C) Consumada a deserção de praça especial ou praça sem estabilidade, será ela imediatamente excluída do serviço ativo. Se praça estável, será agregada.
 - (D) O insubmisso que se apresentar ou for capturado terá o direito ao quartel por menagem e será submetido à inspeção de saúde. Se incapaz, ficará isento do processo e da inclusão.
 - (E) O juiz não ficará adstrito ao laudo pericial, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.
- 50) De acordo com o Novo Código de Processo Civil (lei nº 13.105/2015), incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar
- (A) incorreção do valor atribuído à causa, dentro do prazo de cinco dias.
 - (B) indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.
 - (C) carência de ação.
 - (D) exceção de incompetência relativa, apresentando-a em peça autônoma, que será apreciada pelo juiz antes da contestação.
 - (E) a impossibilidade jurídica do pedido.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/2016